

A DISSEMINAÇÃO DA PROPAGANDA CULTURAL BRITÂNICA ATRAVÉS DO BRITISH COUNCIL

The dissemination of British cultural propaganda through the British Council

Filipe Philipps de Castilho¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná, Curitiba, Brasil. E-mail: philipps.filipe14@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6266-0934>.

Artigo recebido em: 14 maio 2025 | Aceito em: 3 dez. 2025.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

O objetivo do artigo é o de fornecer uma revisão sistemática do papel do British Council na diplomacia cultural britânica, mapeando seus instrumentos de política, estrutura organizacional e atividades no exterior. Ao analisar a interação entre o British Council e a diplomacia cultural do Reino Unido, o artigo busca mostrar a relação entre o planejamento estratégico britânico e suas valências operacionais e atividades políticas, visando mostrar como as instituições culturais operam dentro de um viés de ensejo para a área da diplomacia cultural e do *soft power*, além de demonstrar o papel do conselho como um veículo para a propaganda cultural britânica. Como metodologia, foi realizada uma análise bibliográfica sobre o papel do British Council para a diplomacia do Reino Unido, através de artigos e documentos que ilustram a relação entre o *soft power* britânico e o British Council como um todo.

Palavras-chave: *Soft Power*. Cultura. Reino Unido.

ABSTRACT

The aim of this article is to provide a systematic review of the role of the British Council in British cultural diplomacy, mapping its policy instruments, organizational structure and activities abroad. By analyzing the interaction between the British Council and UK cultural diplomacy, the article seeks to show the relationship between British strategic planning and its operational valences and political activities, aiming to show how cultural institutions operate within a bias towards the area of cultural diplomacy and soft power, in addition to demonstrating the role of the council as a vehicle for British cultural propaganda. As a methodology, a bibliographical analysis was carried out on the role of the British Council in UK diplomacy, through articles and documents that illustrate the relationship between British soft power and the British Council as a whole.

Keywords: Soft Power. Culture. United Kingdom.

INTRODUÇÃO

Em *The Projection of Britain*, o historiador Philip Taylor descreveu o lançamento do British Council em 1934 como um afastamento marcante da tradição diplomática estabelecida em tempos de paz (Taylor, 1981). O British Council hoje se descreve como uma organização internacional para relações culturais e intercâmbios educacionais do Reino Unido, o que indica seu status como um órgão simultaneamente nacional e internacional. Além disso, pontua que sua missão é a de garantir a construção de conexões entre o Reino Unido e outros países por meio das artes e da cultura, da educação e da língua inglesa (British Council, 2023). Como tal, o objetivo final do British Council parece ser o que Akira Iriye chamou de "internacionalismo cultural", ou seja, a promoção da cooperação internacional por meio de atividades culturais além das fronteiras nacionais (Iriye, 1997). Há motivos para considerar a criação do British Council no período entre guerras como uma manifestação do internacionalismo e da busca por uma 'nova diplomacia' nesse contexto. No entanto, como um órgão independente estabelecido pelo Ministério das Relações

Exteriores, esperava-se que apoiasse e não suplantasse os diplomatas tradicionais. Se a criação de um órgão dedicado às relações culturais representou de fato um novo ponto de partida para a diplomacia britânica, para quais caminhos se levou essa diplomacia? O objetivo do artigo é o de explorar essas questões.

O conceito de diplomacia cultural se tornou um termo padrão no pensamento da política externa, sendo incorporado às pastas de políticas por governos nacionais, regionais e locais, bem como por organizações supranacionais. O termo surgiu como uma ferramenta de autopromoção nacional, o que Raymond Williams chamou de "políticas culturais de exibição" (Williams, 2022). A diplomacia cultural, muitas vezes associada à diplomacia pública, é considerada uma forma de diplomacia mais orientada para o cidadão do que o modelo padrão, visando não mais outros governos, mas públicos em diferentes países. É cada vez mais entendida como um processo transnacional no qual não apenas os governos e suas instituições podem participar, mas também as partes interessadas da sociedade civil ou do setor privado, em um diálogo intercultural baseado na mutualidade e na escuta mútua (Goff, 2020). O Reino Unido e o British Council há muito são reconhecidos como grandes exemplos do uso da cultura como instrumento de diplomacia e política externa. O uso estratégico das relações culturais tem sido uma forma fundamental para os países se comunicarem e criarem narrativas, o que, por sua vez, constrói percepções externas de sua cultura e valores. Instituições culturais como o British Council, por meio de suas diversas iniciativas, têm desempenhado um papel importante na construção do discurso em torno de temas como identidade cultural, política externa e fronteiras físicas e culturais.

O British Council é uma organização de relações culturais criada pelo governo britânico em 1934, inicialmente chamada de Comitê Britânico para Relações com Outros Países. Seu objetivo era difundir a língua e a cultura inglesas no exterior, fortalecendo a posição internacional do Reino Unido (Phillips, 2024). Em 1940, recebeu uma Carta Real e passou a atuar oficialmente na promoção de uma compreensão mais ampla sobre o país e sua língua, estabelecendo vínculos culturais duradouros. O British Council encarna a tensão entre cooperação cultural e influência estratégica, revelando os limites da diplomacia cultural britânica.

A diplomacia cultural, conceito central deste trabalho, constitui uma vertente específica da diplomacia pública. Ela se concentra no uso da cultura como instrumento de relacionamento e influência, promovendo intercâmbios artísticos, educacionais e linguísticos. Já a diplomacia pública, conceito fundamental na política externa britânica, pode ser entendida como o conjunto de estratégias voltadas ao engajamento direto com públicos estrangeiros, buscando influenciar percepções e construir legitimidade internacional. Diferentemente da diplomacia tradicional, que se concentra em negociações entre governos, a diplomacia pública opera por meio da comunicação, da cultura e da educação, criando canais de aproximação com sociedades civis. No Reino Unido, sua função é articular prioridades estratégicas internacionais através de instituições como o British Council, que atua como ponte entre o Estado e atores não estatais. Há, portanto, uma convergência entre os dois conceitos: ambos buscam ampliar o alcance internacional do país e reforçar seus interesses nacionais. Contudo, a diplomacia cultural distingue-se por enfatizar a

dimensão simbólica e identitária da cultura, enquanto a diplomacia pública abrange um espectro mais amplo de ações, incluindo comunicação política, imprensa e informação estratégica.

Em 2018, a ênfase oficial do Reino Unido no *soft power* reconheceu que o país focaria em amplos ativos disponíveis em outros países com o intuito de reforçar exatamente a questão da influência cultural em solo estrangeiro (Foreign Affairs Select Committee, 2018). Enquanto a diplomacia pública moderna é uma via de mão dupla (Scott, 2019), com diplomatas sempre considerando os interesses nacionais dentro da política externa, o British Council busca focar seu trabalho dentro das relações culturais, enfatizando o uso da cultura para desenvolver redes de relacionamentos em várias camadas. Nesse sentido, o British Council exemplifica a forma como o Reino Unido integra a diplomacia cultural dentro de uma estrutura maior de diplomacia pública. Ao utilizar a cultura como meio de criar redes multilayered de relacionamento, a instituição contribui para o avanço do interesse nacional, em consonância com a concepção de *soft power* defendida por Joseph Nye.

O objetivo do artigo é o de fornecer uma análise sistemática do papel do British Council na diplomacia cultural britânica, mapeando seus instrumentos de política, estrutura organizacional e atividades no exterior. Ao analisar a interação entre o British Council e a diplomacia cultural britânica, o estudo procura discutir a relação inerente entre o planejamento estratégico nacional e os diferentes instrumentos e atividades políticas que ele gera. Embora o objetivo seja compreender o papel do British Council na diplomacia cultural britânica, este artigo busca responder à seguinte questão central: como o British Council mobiliza a cultura como recurso de *soft power*? Esta pesquisa usa a abordagem de estudo de caso, baseando-se no British Council como um exemplo de instituição cultural que promove ativamente a diplomacia cultural nacional. As atividades globais do British Council demonstram que as instituições culturais fornecem uma referência importante para o público como criadores e comunicadores de diplomacia cultural e das narrativas de *soft power*.

O CONCEITO DE DIPLOMACIA CULTURAL E *SOFT POWER*

A diplomacia cultural pode ser definida como o uso planejado da cultura — em suas diversas manifestações, como artes, língua, educação e patrimônio — para promover o diálogo e construir vínculos entre sociedades. Seu objetivo não é apenas apresentar produtos culturais, mas criar canais de entendimento que favoreçam a cooperação e a influência internacional. Diferentemente da diplomacia pública, que abrange um conjunto mais amplo de estratégias de comunicação e engajamento com públicos estrangeiros (incluindo mídia, informação política e campanhas institucionais), a diplomacia cultural concentra-se na dimensão simbólica e identitária da cultura (Goff, 2020). Enquanto a diplomacia pública busca moldar percepções sobre o país em geral, a diplomacia cultural atua especificamente por meio de intercâmbios culturais e educacionais, valorizando a cultura como recurso de *soft power*. Essa distinção não elimina as convergências: ambas compartilham a intenção de fortalecer a posição internacional de um Estado e avançar seus interesses nacionais. No entanto, a diplomacia cultural se diferencia por

ênfatisar a cultura como meio privilegiado de aproximação, criando redes de relacionamento que operam em múltiplas camadas e que, muitas vezes, alcançam públicos que a diplomacia política tradicional não acessa diretamente (Grincheva, 2023). Originalmente, referia-se ao processo pelo qual os funcionários a serviço dos governos nacionais usavam o intercâmbio cultural, em um direcionamento para promover seus interesses nacionais, mas logo foi expandido para significar a troca de ideias, informações, artes e outros aspectos culturais entre as nações e seus povos, visando promover uma compreensão mútua (Goff, 2020).

A evolução terminológica entre propaganda cultural, diplomacia cultural e relações culturais revela mudanças significativas na forma como o British Council e o Estado britânico enquadraram suas práticas de influência. Nos anos 1930, falava-se em propaganda cultural, entendida como o uso explícito da cultura para projetar valores nacionais e persuadir públicos estrangeiros, em um contexto marcado pela competição ideológica e pela necessidade de legitimar a hegemonia britânica (Phillips, 2024). Após a Segunda Guerra Mundial, o termo diplomacia cultural ganhou força, diferenciando-se da propaganda por ênfatisar a cultura como meio de diálogo e cooperação, ainda que permanecesse vinculada a objetivos estratégicos de política externa. Já a expressão relações culturais, adotada pelo British Council a partir da década de 1940, buscou suavizar a conotação política da propaganda, apresentando suas iniciativas como neutras e mutuamente benéficas. Essa mudança discursiva não eliminou o caráter instrumental da cultura como recurso de poder, mas funcionou como estratégia de legitimação, tornando a atuação britânica mais aceitável no cenário internacional (Ahmad, Fatima, 2025).

Já o termo *soft power*, conforme cunhado por Joseph Nye na década de 1980, refere-se à maneira pela qual as nações podem aproveitar um tipo de poder atrativo para exercer influência política (Nye, 2004). O poder de atração e a capacidade de uma nação de aproveitar esse poder são fundamentais para definir a agenda do discurso político. De acordo com Nye, o *soft power* tem algumas valias primárias através das quais se manifesta, incluindo valores, cultura, políticas e instituições (Nye, 2004). O artigo entende o British Council como uma instituição que emprega o *soft power* para moldar narrativas políticas por meio de experiências culturais, dentro do contexto descrito. No caso britânico, o British Council é o principal agente dessa prática, dado que atua como braço institucional da diplomacia cultural, promovendo o ensino da língua inglesa, organizando intercâmbios educacionais e apoiando iniciativas artísticas internacionais. Por meio dessas ações, o Conselho não apenas difunde a cultura britânica, mas também estabelece redes de relacionamento que reforçam a posição internacional do Reino Unido (Phillips, 2024). Assim, o British Council exemplifica como a diplomacia cultural se insere dentro da estrutura maior da diplomacia pública: enquanto esta busca moldar percepções e ampliar a legitimidade do país no exterior, a diplomacia cultural — exercida pelo Conselho — utiliza a cultura como recurso de *soft power*, criando influência duradoura e ampliando o alcance da política externa britânica (Bell, 2016).

Como mencionado, o termo *soft power* refere-se à capacidade de uma nação de alcançar o resultado desejado por meio do poder de atração, e não de coerção (Nye, 2004). O *soft power*

não se limita à sua natureza difusa ou intangível; sua força de atração decorre da capacidade de mobilizar valores, instituições e práticas culturais que despertam identificação e confiança em públicos estrangeiros. Esse poder está enraizado em três dimensões principais: a atratividade dos valores políticos e sociais de um país, a credibilidade de suas instituições e políticas externas, e a vitalidade de sua produção cultural e intelectual (Bell, 2016).

Assim, o *soft power* britânico não se sustenta apenas na difusão ampla de elementos culturais, mas na forma como esses elementos são percebidos como legítimos, desejáveis e capazes de gerar benefícios mútuos. O British Council exemplifica esse processo ao promover a língua inglesa e intercâmbios educacionais que não apenas difundem cultura, mas também criam oportunidades concretas de cooperação e desenvolvimento. Dessa maneira, o poder de atração resulta da combinação entre a dimensão simbólica da cultura e sua capacidade prática de gerar redes de relacionamento e confiança internacional. Juntos, esses elementos criam uma rede de narrativas paralelas que, quando percebidas por seu efeito geral, podem ser extremamente bem-sucedidas na definição de agendas (Phillips, 2024). O efeito de atração decorre justamente da interação entre essas dimensões. Separadamente, os elementos simbólicos — como valores e narrativas culturais — podem gerar identificação e prestígio, enquanto os elementos práticos — como programas educacionais e redes institucionais — criam benefícios tangíveis e relações duradouras. Em conjunto, eles reforçam mutuamente sua eficácia: a legitimidade simbólica aumenta a credibilidade das iniciativas práticas, e os resultados concretos dão substância às narrativas culturais. Essa combinação cria uma rede de narrativas paralelas que, ao serem percebidas em seu efeito acumulado, tornam-se extremamente eficazes na definição de agendas políticas e culturais internacionais, pois articulam tanto o imaginário quanto os interesses materiais dos atores envolvidos (Bell, 2016).

Para analisar o *soft power* do British Council e seu papel como operador do mesmo, é necessário, portanto, focar na maneira como a instituição se envolve com a sociedade por meio das três fontes de Nye. Contraditório ao *hard power*, o *soft power* não pode ser atribuído a um tempo, evento ou decisão específica e, como tal, não é um recurso constante, mas sim variável (Nye, 2004). Essa fluidez representa um desafio para governos e instituições, dado que o *soft power* não é algo facilmente controlado e, portanto, nem sempre é bem empregado como meio de conduzir a política internacional. Assim, apesar da extensa lista de recursos de *soft power*, mobilizá-lo prova ser um problema para os governos, pois seus veículos de transmissão podem ser intangíveis, dependendo da situação (Phillips, 2024). Literatura, cultura, televisão, música, linguagem e atividades intelectuais são meios pelos quais o *soft power* pode ser exercido, mas o Estado desempenha muito pouco papel na criação de conteúdo dentro desses setores (e podemos dizer que raramente tem o controle total, embora tenha um papel fundamental em seu fomento).

O *soft power* pode ser entendido como a capacidade de um país de exercer influência por meio da atração e da persuasão, em vez da coerção ou da força. Sua natureza está ligada à difusão de valores, instituições, práticas culturais e narrativas que despertam credibilidade e identificação em públicos estrangeiros. As funções do *soft power* abrangem desde a construção de uma imagem

positiva do país até a criação de redes de cooperação que favorecem seus interesses estratégicos no cenário internacional (Bell, 2016).

Embora grande parte dos recursos de *soft power* esteja dispersa na sociedade civil — em universidades, organizações culturais, meios de comunicação e empresas — o Estado desempenha papel fundamental como articulador e promotor dessa política. Cabe ao governo criar condições institucionais, apoiar iniciativas culturais e educacionais e garantir coerência entre os valores proclamados e as práticas externas (Goff, 2020). Dessa forma, o *soft power* não é apenas resultado espontâneo da atratividade cultural, mas também fruto de uma política deliberada que busca transformar ativos culturais e sociais em instrumentos de influência internacional (Bell, 2016). Consequentemente, instituições como o British Council não podem ser compreendidas apenas como mediadoras culturais neutras entre Estado e sociedade civil. Embora sustentem um discurso de atuação autônoma e privada, sua posição estratégica revela vínculos estreitos com o governo britânico, tanto políticos quanto econômicos. O Conselho depende de financiamento público e de diretrizes alinhadas às prioridades da política externa, o que o torna um instrumento de *soft power* a serviço do Estado (Phillips, 2024).

Essa ambivalência é central para entender sua função: por um lado, o British Council projeta uma imagem de independência, o que lhe confere credibilidade junto a públicos estrangeiros; por outro, sua atuação está profundamente conectada às metas estratégicas do Reino Unido, como a promoção da língua inglesa, a valorização da cultura britânica e o fortalecimento de redes educacionais e profissionais que ampliam a influência do país. Assim, sua autonomia é relativa, funcionando como recurso discursivo que legitima sua ação internacional, mas sem romper com sua natureza instrumental como braço cultural da diplomacia pública britânica (Hadfield, 2015). Além disso, o *soft power* e sua eficácia como método de diplomacia não dependem apenas da noção de legitimidade dos valores e crenças de uma nação, mas também da maneira como essas ideias são transmitidas. Consequentemente, depende de um sistema de envio e recebimento de mensagens. Cada mensagem é interpretada de forma diferente por indivíduos em diferentes contextos. O *soft power*, portanto, é complexo e imprevisível. Como não está claro "quem será atraído pelo quê", não há universalização de mensagens ou percepções do *soft power* de uma nação (Hill, Beadle, 2014). Os confrontos entre essas facetas contraditórias são, de fato, fundamentais para caracterizar a pluralidade do *soft power* e a maneira como ele cria múltiplas narrativas culturais.

Isto posto, a atuação do British Council evidencia uma tensão permanente entre influência e mutualidade. Por um lado, sua missão oficial enfatiza cooperação cultural e benefícios compartilhados, apresentando-se como mediador neutro de intercâmbios artísticos e educacionais (Bell, 2016). Por outro, sua vinculação estrutural ao Estado britânico e às prioridades da política externa revela um caráter instrumental, em que a cultura é mobilizada como recurso de poder e legitimação internacional. Essa ambivalência é central: a promessa de mutualidade confere credibilidade e atratividade às iniciativas, mas a dimensão de influência garante que os resultados se alinhem aos interesses estratégicos do Reino Unido (Phillips, 2024). Reconhecer essa

contradição não significa negar a existência de práticas genuínas de cooperação, mas admitir que elas coexistem com objetivos de hegemonia cultural, o que limita a neutralidade da interpretação e exige uma leitura crítica das narrativas produzidas pelo Conselho.

A CRIAÇÃO DO BRITISH COUNCIL

Em 1932, Sir Stephen Tallents publicou um panfleto intitulado *The Projection of England*, que reconhecia o surgimento de uma nova ordem mundial, na qual o poder naval da Grã-Bretanha não seria mais suficiente para garantir sua hegemonia (Tallents, 2012). Tallents instou o Reino Unido a restabelecer sua "supremacia" usando a projeção nacional do país, recorrendo a muitos 'ativos especiais' que hoje podem ser designados como ativos de *soft power*, como o alcance global das redes de mídia inglesas e a presença global de engenheiros britânicos, por exemplo (Tallents, 2012). Os argumentos de Tallents se baseavam na ideia de que a interdependência econômica e o declínio relativo do Reino Unido diante da crescente competição econômica significavam que o país deveria trabalhar mais para se comunicar de maneira persuasiva, visando ganhar "uma boa opinião do mundo" (Tallents, 2012). O apelo de Tallents, tendo ocorrido no período entre guerras (o ponto de inflexão do declínio britânico em termos de poder econômico e militar) não é coincidência. Embora seu panfleto fosse um apelo pela manutenção do poder e da influência do Reino Unido, o autor também estava ciente de que a diplomacia seria doravante realizada em um contexto muito diferente, no qual a mídia de massa e a opinião pública operariam conjuntamente com governos e diplomatas. Para ilustrar, um dos termos que o autor mais utiliza, 'projeção nacional', era reflexo de seu interesse particular no potencial de veículos como o cinema para a promoção da comunicação internacional (Byrne, 2023).

O Reino Unido, de acordo com Tallents, tinha o dever de informar o público internacional na busca da paz, pois a "projeção nacional" promoveria o entendimento mútuo entre os povos e permitiria a cooperação internacional, o que seria vital para a nova ordem mundial (Tallents, 2012). Na época da publicação de *The Projection of England*, Rex Leeper, um diplomata do Ministério das Relações Exteriores, estava trabalhando para tentar criar uma escola de projeção nacional. Leeper ingressou no Departamento de Notícias do Ministério das Relações Exteriores em 1916, recrutado depois para ingressar em um novo serviço de inteligência, o Departamento de Informações Políticas (PID). O PID seria parte da resposta do Ministério das Relações Exteriores à "ameaça" da "nova diplomacia" à qual seus membros estavam associados (Hill, Beadle, 2014). Leeper e os membros do departamento contribuíram para o periódico *The New Europe* para informar e orientar a opinião pública no Reino Unido com o objetivo final de pressionar os governos a influenciar a política externa. *The New Europe* defendia a diplomacia aberta, a Liga das Nações e a reforma democrática dos serviços estrangeiros. Escrevendo sob um pseudônimo, Leeper era um dos especialistas da revista e recebeu permissão oficial para escrever para o novo Instituto para o Estudo das Relações Internacionais britânico, conseguindo posteriormente obter apoio do governo para criar o British Council em 1934 (Memis, 2010). O Departamento de Informações Políticas esteve no centro da campanha para introduzir uma nova dimensão à diplomacia britânica, junto com o Empire Marketing Board, do qual Tallents foi secretário até sua

dissolução em 1933, e o Departamento de Comércio Exterior. Enquanto os últimos estavam mais focados em ajudar o Reino Unido a recapturar os mercados estrangeiros após a Primeira Guerra Mundial, o PID estava cada vez mais preocupado com a maneira como outros governos estavam usando técnicas modernas de propaganda em detrimento dos interesses britânicos em geral. No entanto, as tentativas de desenvolver propaganda cultural, em oposição à comercial, não tiveram apoio oficial em um primeiro momento (Taylor, 1981). Foi somente depois que as tentativas de criar um órgão financiado pelo setor privado falharam e em face da crescente ameaça da propaganda fascista e nazista que o governo foi persuadido a estabelecer e financiar o British Council (Memis, 2010).

Leeper se baseou na propaganda cultural francesa para formular o modelo ideal para o British Council. A definição de Taylor de propaganda cultural como sendo a promoção e disseminação de objetivos e realizações nacionais de uma forma geral, e não especificamente econômica ou política (embora seja projetada em última análise para promover interesses econômicos e políticos) ilustra bem uma certa difusão entre a missão inicial do conselho e sua posterior função (Taylor, 1981). Para Iriye, a ascensão do nacionalismo agressivo na década de 1930 levou à separação da cultura do internacionalismo, efetivamente interrompendo o internacionalismo cultural pós-Primeira Guerra Mundial. As "relações culturais" apareceram pela primeira vez em documentos oficiais do conselho em 1940, revelando talvez uma crescente influência americana (Iriye, 1997). A Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado dos EUA, fundada em 1938, procurou deliberadamente diferenciar-se do nacionalismo cultural europeu, enfatizando o caráter liberal das atividades culturais dos EUA no exterior. Quando as iniciativas internacionalistas culturais começaram a florescer com maior vigor novamente após 1945, o termo 'propaganda cultural' desapareceu dos arquivos do British Council para ser substituído por 'relações culturais' (Brooks, Waters, 2024). A ampliação da "cooperação intelectual" do pré-guerra para as "relações educacionais e culturais" se refletiu na fundação da UNESCO, onde as influências britânicas e americanas eram muito mais fortes do que as vistas no Instituto de Cooperação Intelectual, precursor da ideia e de forte influência francesa (Iriye, 1997).

Embora o British Council tenha sido concebido principalmente como uma organização de propaganda, também se baseou no internacionalismo cultural do entre guerras, pelo menos superficialmente. Sua declaração de objetivos originalmente combinava a 'projeção do Reino Unido' com um compromisso com o intercâmbio cultural no interesse da compreensão internacional, visando tornar a vida e o pensamento dos povos britânicos mais amplamente conhecidos no exterior, promovendo um intercâmbio mútuo de conhecimentos e ideias com outros povos (Pamment, 2016). As razões para incluir essa dimensão internacionalista foram amplamente pragmáticas. Rex Leeper argumentou que promover a cultura britânica como parte de um intercâmbio bidirecional era uma forma mais eficaz de propaganda, afirmando que obteriam uma melhor publicidade para sua própria cultura em outros países se tivessem igual interesse na mesma (Taylor, 1981). Mais importante, Leeper concebeu a propaganda cultural e as relações culturais como se reforçando mutuamente, e não em oposição. Subjacente a isso estava

a suposição de que a propaganda cultural britânica poderia beneficiar tanto os que recebiam quanto os que a produziam. Leeper referiu-se ao modelo francês como uma evidência de que existiria uma forma legítima de propaganda, que beneficiaria diretamente aqueles que a recebem e indiretamente aqueles que a conduzem, e que esse tipo de propaganda seria uma contribuição valiosa para as relações internacionais (Bird, 2013). De fato, Leeper afirmou que a Grã-Bretanha tinha o dever de difundir o conhecimento de sua cultura e ideais, não apenas para defender seus próprios interesses, mas no interesse do mundo como um todo (Memis, 2010).

Em 1947, Richard Seymour sugeriu a seus colegas que o objetivo secundário do conselho, que é buscar relações culturais recíprocas, deveria ter precedência sobre sua missão inicial de propaganda, pois a concepção das relações culturais como forma de propaganda parecia "estéril e irreal" (Byrne, 2023). Neste ponto, o internacionalismo poderia ser entendido como uma extensão, e não como uma alternativa ao nacionalismo, o que permitiu que o British Council continuasse "projetando a Grã-Bretanha" sob um rótulo diferente, o de "educar" um público estrangeiro para promover a compreensão mútua (Phillips, 2024).

O termo "internacionalismo imperial" foi usado por Daniel Gorman para chamar a atenção para como o Império Britânico e seus defensores moldaram o internacionalismo do entre guerras (Gorman, 2012). Sem surpresa, o Império exerceu uma profunda influência sobre o British Council, embora nem sempre tenha aparecido com destaque no trabalho do conselho; no entanto, a organização foi sempre atravessada pelo ethos imperial. Quando o Ministério das Relações Exteriores fundou o conselho na década de 1930, compreensivelmente deu prioridade a países estrangeiros na Europa, Oriente Médio e América do Sul, mas também olhou para os países sob seu domínio. O uso do plural 'povos britânicos' em sua declaração original refletia esse desejo de abranger uma comunidade britânica mais ampla, e 'fortalecer a tradição cultural comum da Comunidade Britânica' foi incluído entre seus objetivos iniciais (Brooks, Waters, 2024). A extensão das atividades do conselho a territórios coloniais como Chipre e Malta começou sob a presidência de Lord Lloyd, que foi nomeado Secretário de Estado das Colônias em maio de 1940. O Escritório Colonial continuou a apoiar um papel maior para o conselho nas colônias e, em 1943, representantes foram nomeados na África e nas Índias Ocidentais (Hadfield, 2015). Depois de 1947, uma "febre de desenvolvimento" se espalhou a partir do Escritório Colonial, abrindo maiores perspectivas e financiamentos para o conselho dentro das colônias. O objetivo não era de compreensão mútua, mas de encorajar o desenvolvimento cultural nas colônias a partir de uma melhor compreensão e apreciação das realizações culturais britânicas, servindo para mascarar os objetivos reais dessa política. (Brooks, Waters, 2024).

O que diferenciou de maneira mais evidente o trabalho do British Council nas colônias, em contraste com sua atuação em países estrangeiros, foi a conexão direta entre os "deveres" atribuídos à instituição e as "necessidades" definidas para as comunidades coloniais. Nessas regiões, o Conselho promovia bibliotecas, festivais de artes e organizações culturais que, em sua própria visão, contribuíam para "o desenvolvimento de comunidades civilizadas" (Byrne, 2023). Ao serem direcionadas às colônias, elas estavam inseridas em um projeto político mais amplo de

legitimação da presença britânica e de manutenção da ordem colonial. O discurso oficial de promoção cultural ocultava objetivos estratégicos: reforçar hierarquias sociais, difundir valores eurocêntricos e consolidar a hegemonia britânica por meio da cultura. Assim, o British Council não apenas oferecia acesso a bens culturais, mas também desempenhava um papel instrumental na reprodução das relações de poder coloniais, utilizando a diplomacia cultural como ferramenta de dominação simbólica (Phillips, 2024; Bell, 2016).

Em suma, os momentos mais significativos da trajetória do British Council emergem quando sua atuação é comparada a iniciativas semelhantes em outros países. O modelo francês de propaganda cultural, por exemplo, serviu como inspiração inicial para Rex Leeper, ao passo que os Estados Unidos, com a criação da Divisão de Relações Culturais do Departamento de Estado em 1938, buscaram diferenciar-se do nacionalismo europeu ao enfatizar o caráter liberal de suas atividades culturais. Essas comparações revelam que a diplomacia cultural britânica não se desenvolveu em isolamento, mas em diálogo e competição com outras potências, disputando legitimidade e influência no campo cultural internacional. Da mesma forma, transformações contemporâneas — como o deslocamento do eixo de poder global do Ocidente para o Oriente — ampliam o potencial explicativo do tema, pois mostram que o *soft power* britânico precisa ser reinterpretado em um cenário em que outras potências também mobilizam cultura e educação como instrumentos de influência (Bell, 2016).

A ESTRUTURA DO BRITISH COUNCIL

A natureza política do conselho ainda hoje é muito forte, e está intimamente ligada aos assuntos externos britânicos e da Commonwealth, e suas atividades contribuem para a realização dos objetivos políticos, culturais e econômicos britânicos (Memis, 2010). O British Council estabeleceu nas últimas décadas escritórios e centros de ensino em todo o mundo com o objetivo de desenvolver e ministrar cursos de inglês para estudantes estrangeiros, bem como outros cursos relacionados à cultura britânica, visando coletar e gerenciar materiais e informações sobre ensino de idiomas e fornecer serviços de consultoria profissional sobre educação, além de fornecer planos de marketing e programas promocionais para instituições de ensino de inglês. O British Council também licencia instituições educacionais, escolas, faculdades e universidades dentro do próprio Reino Unido (Brooks, Waters, 2024). Em 2020, o International English Language Testing System (IELTS) era o teste de proficiência mais importante patrocinado pelo British Council. Além disso, o conselho trabalha com outras organizações e instituições no Reino Unido para administrar exames vocacionais e de admissão que testam não apenas a proficiência no idioma, mas também a competência profissional do estudante (Alkateeb, 2020).

O British Council segue uma estrutura de cima para baixo muito específica na concepção de suas estratégias. Subjacente a todas as estratégias está uma declaração de gestão, que é essencialmente um contrato entre o Ministério das Relações Exteriores e da Commonwealth britânica, estabelecendo metas com prazo determinado (British Council, 2018). No British Council, o fluxo de instruções do centro para a periferia segue uma abordagem bastante padrão: os

escritórios projetam seus programas locais de acordo com um plano estratégico básico acordado pela sede e pelo Ministério das Relações Exteriores (Hadfield, 2015). A direção estratégica do British Council é definida pelo Conselho de Administração, que é nomeado para um mandato renovável de cinco anos. A gestão do dia-a-dia é de responsabilidade de um diretor geral, apoiado por uma equipe de estratégia de gerenciamento sênior e vários gerentes seniores. O British Council tem uma diretoria de visitas educacionais e centros de intercâmbio, uma administração de desenvolvimento ultramarino e vários comitês consultivos (Brooks, Waters, 2024). Todos os gerentes seniores do British Council têm experiência no governo, e, como resultado, o British Council não opera de forma totalmente independente do governo britânico, o que ressalta mais uma vez uma característica política da organização (Alkateeb, 2020).

A Equipe de Liderança Sênior é responsável pela estratégia geral, direção e gestão do British Council, e o CEO e outros membros da Equipe de Liderança Sênior são responsáveis pela gestão e desempenho da organização e pela implementação das estratégias aprovadas pelo Conselho de Curadores. As comissões especiais do conselho têm grupos consultivos nas áreas de Artes e Economia Criativa, Informação Digital, Educação, Língua Inglesa e Sociedade (British Council, 2018). Além disso, o British Council construiu uma rede global própria que inclui a área de Política e Relações Externas (incluindo os departamentos de Política e Relações Parlamentares), além de uma presença regional no Reino Unido (incluindo a região da Irlanda do Norte e a região escocesa). O British Council atualmente conta com sedes na região das Américas, na União Europeia, no Sul da Ásia, no Oriente Médio e no Norte da África, na África Subsaariana e na região da Grande Europa (Phillips, 2024).

O financiamento do British Council é dividido em duas partes. Uma delas advém de uma doação do governo britânico, com agências como o Foreign and Commonwealth Office e a Overseas Development Administration, responsáveis por alocações anuais regulares, e a outra parte vem de sua própria receita operacional. 78% da receita do British Council vem de ensino e exames de língua inglesa, contratos de licitação e parcerias. Outros 22% vêm de fundos de ajuda e contribuições do Ministério das Relações Exteriores e da Commonwealth, que são fornecidos para garantir atividades em países onde a lucratividade não pode ser garantida sozinha (British Council, 2018). Desde o início da década de 1950, o governo britânico examinou periodicamente as atividades do British Council, fez relatórios de revisão e alocou fundos para apoiar alguns de seus programas (Alkateeb, 2020). O foco do trabalho do British Council e a direção de seu financiamento e assistência dependem inteiramente da direção da política externa britânica. Em suma, o British Council opera em grande parte com fundos gerados por sua atividade de ensino, e recebe apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores (British Council, 2018).

Com base na estrutura e contextualização do conselho, fica claro que o governo britânico e as instituições relacionadas utilizam de suas atividades para ativar a diplomacia cultural e moldar o discurso em torno da língua inglesa e da cultura britânica, a fim de transmitir mensagens prescritas que sejam consistentes com os objetivos políticos do país (Brooks, Waters, 2024). As estratégias do British Council parecem estar cada vez mais focadas na curadoria e disseminação

de narrativas específicas, controlando a forma como as narrativas culturais britânicas são comunicadas no exterior. A área de Engajamento Cultural, por exemplo, é dividida em seis áreas: Planejamento Estratégico, Educação, Sociedade, Cinema, Literatura e Música. Além disso, a estratégia baseia-se no princípio de trabalhar em conjunto para aumentar o impacto dessas áreas nos países em que o conselho opera. Todas as atividades do British Council são guiadas pelo interesse nacional do Reino Unido, com o intuito claro de servir como catalizador de uma contribuição extremamente pungente para a realização dos objetivos políticos, das estratégias internacionais e dos planos governamentais do Reino Unido no resto do mundo (Hadjiathanasiou, 2018).

Os governos dos países anfitriões também são parceiros importantes do British Council. Como entidade jurídica estrangeira, o conselho deve primeiro obter o consentimento e o apoio do governo local para realizar suas atividades no país anfitrião, especialmente em atividades politicamente sensíveis, como a diplomacia cultural. A diplomacia cultural é considerada sensível porque envolve não apenas trocas culturais aparentemente neutras, mas também disputas de poder, identidade e legitimidade. Portanto, o British Council dá ênfase especial ao conceito de cooperação "ganha-ganha" em seu trabalho, a fim de obter o apoio político e jurídico do governo local. Os benefícios econômicos também são o objetivo da cooperação entre os dois (Memis, 2010). As atividades do British Council no exterior são frequentemente realizadas em parceria com o setor privado local. E se por um lado essas forças do setor privado têm um amplo alcance que se encaixa no objetivo do British Council de expandir seu público, por outro, podem aproveitar a rede global do conselho para expandir sua própria influência e interesses (Brooks, Waters, 2024). Desde 2006, o British Council tem trabalhado com ministérios da educação e departamentos governamentais na África do Sul, Índia, Venezuela e Paquistão nas reformas de ensino e treinamento de professores desses países (Phillips, 2024). Em 2018, em nome do governo britânico, o British Council estabeleceu uma estrutura de credenciamento de diplomas com os governos da Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru para promover a mobilidade e a cooperação no ensino superior no Reino Unido e na América Latina (Alkateeb, 2020). Na China, o British Council é diretamente responsável pelos acordos educacionais entre britânicos e chineses. Isto posto, encontramos uma tensão contínua entre as atividades de diplomacia cultural "tradicional" baseadas no intercâmbio social e cultural, como contato pessoal e projetos colaborativos, e as atividades de diplomacia cultural baseadas na competição setorial e de mercado na esfera cultural globalizada (Zanella et al., 2024).

SOFT POWER E CULTURA

Um comitê especializado em *soft power* foi formado no Reino Unido em maio de 2013 pelo período de um ano como uma tentativa de analisar o uso do *soft power* na política britânica (House of Lords, 2014). A comissão temporária afirmou em seu relatório de 2014 que o objetivo do Reino Unido era de fato ser um ator global relevante no uso de ferramentas que pudessem consolidar a influência britânica no mundo (House of Lords, 2014). As evidências do relatório reforçavam um pedido pelo uso de um *smart power*, uma combinação de *soft* e *hard power* para "projetar e

ganhar influência em um mundo que se encontra em rápida mudança" (House of Lords, 2014, p.5). Argumenta-se que o *soft power* é conscientemente ativado pelo governo e pelas instituições na tentativa de alcançar avanços no cenário global. É essa ativação do *soft power* que o comitê cunha como o início do uso de um '*smart power*' (Faucher, Zhu, 2025).

Encontramos duas grandes mudanças dentro do poder político que podemos considerar como razões para a ativação do *soft power* na estratégia política britânica. Ativar o *soft power* significa transformar os recursos potenciais de atração (valores, cultura, instituições, língua, narrativas) em instrumentos efetivos de política externa. Ou seja, não basta que um país possua elementos atrativos; é necessário que o Estado e suas instituições mobilizem conscientemente esses recursos em estratégias de influência internacional. A primeira delas é a transferência de poder do Ocidente para o Oriente, à medida que economias emergentes como a China ocupam papéis cada vez mais proeminentes no cenário internacional. Em segundo lugar, tem havido uma gradual difusão do poder dos Estados para a sociedade civil, o que significa que há vários outros atores produzindo novas redes de influência (Hill, Beadle, 2014). A política global contemporânea é frequentemente confrontada com novas configurações, como o crescente empoderamento dos indivíduos na era da informação e a crescente competição com outras nações que se apresentam como candidatas às principais potências globais, um desafio constante na história da política internacional. Na era da hiperconectividade, o poder estaria sendo gradualmente difundido, não ficando apenas nas mãos dos governos (House of Lords, 2014). Assim, a perspectiva histórica do desenvolvimento do *soft power* sugere que sua ativação consciente é uma resposta às mudanças na dinâmica do cenário político global (Hadjathanasiou, 2018).

Portanto, é fundamental, ao analisarmos as atuais iniciativas e recursos de *soft power* do Reino Unido, considerar o amplo conjunto de particularidades contextuais em que eles estão enquadrados. Para Baillie Card, o Reino Unido está atualmente operando dentro do que o autor chama de "economia do conhecimento", onde a inteligência contextual (a capacidade de adaptar estratégias a novos contextos) é vital para o sucesso e a eficácia das iniciativas do *soft power* britânico (Card, 2015). As instituições britânicas, portanto, não atuam apenas como difusoras de cultura, mas como parte de uma estratégia coordenada de comunicação política.

As narrativas centrais que emergem desse processo buscam reforçar a ideia de que a cultura britânica é universalmente relevante e que o Reino Unido ocupa uma posição de liderança moral e intelectual no cenário internacional. O Estado luta por esse controle narrativo ao articular políticas públicas de diplomacia cultural, financiar instituições como o British Council e coordenar suas ações com outras entidades estatais e paraestatais. Dessa forma, não se trata apenas de difundir cultura, mas de disputar a forma como histórias britânicas são contadas, enquadrando-as em discursos que legitimam os objetivos estratégicos e políticos mais amplos do país (Hadfield, 2015).

Isto posto, o Reino Unido atualmente tem uma ampla gama de recursos culturais de *soft power* à sua disposição. Esses recursos incluem uma miríade de experiências culturais (expressas

por meio das indústrias da música, do cinema e da literatura), educação, idioma, e instituições socioculturais que têm alcance global, como a BBC e o próprio British Council (Faucher, Zhu, 2025). Portanto, é importante reconhecer que o British Council não trabalha isoladamente, mas faz parte de uma rede mais ampla de instituições britânicas, produzindo e comunicando mensagens que contribuem para a percepção externa do país. Se as instituições culturais produzem memória coletiva por meio da comunicação repetitiva e da reciclagem de conteúdo cultural, a questão que requer uma análise mais aprofundada é, portanto, a relação entre esses atos institucionais e o impacto sobre o indivíduo. Uma questão fundamental do *soft power* recai sobre quais mensagens são enviadas, como são recebidas e em que circunstâncias são absorvidas (Nye, 2004). As mesmas mensagens veiculadas por instituições como o British Council são baixadas e interpretadas "com diferentes efeitos por diferentes receptores em diferentes ambientes" (Nye, 2004, p.44), inferindo, portanto, uma inconsistência no efeito das instituições sobre o indivíduo.

Outra maneira pela qual o British Council produz significado experiencial para os indivíduos é por meio de projetos que visam especificamente criar continuidade cultural. A iniciativa Alumni Network é um exemplo disso (Hadfield, 2015). O projeto se concentra na colaboração com indivíduos que estudaram no Reino Unido, mas desde então tiveram pouco envolvimento nas iniciativas de *soft power* do país. A iniciativa, impulsionada pelo conselho e implementada em colaboração com a Embaixada Britânica, destina-se a criar relacionamentos duradouros com os indivíduos e dar continuidade aos relacionamentos pré-existentes (Hadjathanasiou, 2018). Além disso, visa fortalecer os vínculos entre pessoas, o que, por sua vez, procura desenvolver os indivíduos como multiplicadores dentro do corpo social, ou seja, agentes que estariam dispostos a compartilhar, por meio da experiência pessoal, mensagens positivas sobre o Reino Unido. O conceito no qual este projeto se baseia reflete a teoria da recepção de Jauss, dado que as pessoas que se envolveram com o Reino Unido em nível acadêmico são encorajadas a reproduzir discursos e diálogos positivos sobre o país, de maneira instrumentalizada (Jauss, 1982). Assim, a iniciativa adapta o discurso institucional de primeira linha e o traduz em comunicação experiencial por meio do envolvimento com os indivíduos, prescrevendo ativamente a maneira como o Reino Unido é percebido em um nível individual (Faucher, Zhu, 2025).

CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, parece que o crescente compromisso do British Council com o internacionalismo cultural não o impediu de continuar a funcionar como um vetor para a propaganda cultural britânica. O período pós-guerra proporcionou um contexto mais favorável para as relações culturais recíprocas, mas não houve uma mudança dramática do nacionalismo cultural para o internacionalismo cultural. Além disso, embora o internacionalismo cultural possa parecer implicar respeito pela diversidade e igualdade das muitas culturas presentes em todo o mundo, na prática os internacionalistas culturais britânicos ainda percebiam a sociedade mundial como sendo composta de culturas nacionais dispostas em um padrão hierárquico. Isso se deveu em parte à influência duradoura do imperialismo britânico. A transição para a Commonwealth não diminuiu o compromisso do British Council com o Império, podendo inclusive ter reforçado esse

aspecto. A trajetória do British Council só se torna plenamente inteligível quando situada em perspectiva comparativa: inspirada inicialmente pela propaganda cultural francesa e em diálogo com iniciativas norte-americanas, sua atuação revela uma disputa internacional pela legitimidade da cultura como instrumento de poder. No presente, o deslocamento do eixo de influência do Ocidente para o Oriente amplia esse debate, mostrando que o *soft power* britânico deve ser reinterpretado em um cenário global mais competitivo e multipolar.

Como consequência direta, o British Council estruturou sua missão internacionalista em duas vertentes distintas: incentivar relações culturais recíprocas com países considerados “civilizados” e, ao mesmo tempo, liderar o “desenvolvimento” de países classificados como “não civilizados” por meio da difusão da língua inglesa e da promoção do modo de vida britânico. Essa categorização, no entanto, não pode ser tomada como natural ou neutra. Ela refletia uma visão hierárquica e eurocêntrica, que legitimava a superioridade cultural britânica e justificava a intervenção em sociedades coloniais e periféricas.

É justamente nesse ponto que emergem tensões fundamentais: enquanto o discurso oficial falava em cooperação e intercâmbio, na prática havia uma assimetria estrutural, em que o Reino Unido se colocava como guia civilizatório. O “desenvolvimento” das colônias não representava apenas uma missão cultural, mas um instrumento político de manutenção da hegemonia britânica, ocultando objetivos estratégicos sob a retórica de modernização e progresso. Ao longo das décadas seguintes, esse viés tornou-se ainda mais evidente, já que o trabalho voltado ao “desenvolvimento” passou a ocupar uma proporção crescente das atividades do Conselho, consolidando sua função como agente de *soft power* e como mecanismo de legitimação da ordem colonial.

O nacionalismo cultural é indiscutivelmente uma dimensão-chave da diplomacia cultural como prática governamental. Há tempos que líderes políticos entendem que o poder vem da definição da agenda e da determinação da estrutura do debate. A capacidade de estabelecer preferências é frequentemente associada a recursos intangíveis de poder, como cultura, ideologia e instituições. O British Council, portanto, seria um ativo importante do governo britânico na promoção do interesse nacional do país por meio da promoção da cultura e educação britânicas. Nos últimos anos, as atividades do conselho no exterior foram vistas como parte efetiva da diplomacia pública do governo. Após mais de oitenta anos de desenvolvimento, o British Council tornou-se uma organização cultural formal bem organizada e de grande escala, atendendo aos interesses políticos nacionais em termos de afiliação política e financiamento, e operando extensivamente em todo o mundo. Em essência, é uma organização cultural oficial para a diplomacia cultural sob a liderança do Ministério das Relações Exteriores britânico e sob o controle direto de embaixadas e consulados no exterior, servindo como um veículo para a diplomacia cultural e uma ferramenta para a diplomacia pública do governo britânico. A trajetória do British Council revela uma ambivalência fundamental: enquanto se apresenta como mediador de cooperação cultural e mutualidade, sua atuação está profundamente vinculada aos interesses estratégicos britânicos, funcionando como instrumento de influência. Reconhecer essa tensão

permite compreender tanto o alcance quanto as limitações da diplomacia cultural como recurso de *soft power*.

Para resumir a discussão, fica claro que o British Council é um órgão quase oficial que implementa a diplomacia cultural britânica. O artigo procurou mostrar que o British Council mobiliza a cultura como recurso de *soft power* ao articular iniciativas educacionais, linguísticas e artísticas em consonância com os objetivos estratégicos do Estado britânico. Mais do que um mediador neutro de intercâmbios culturais, o Conselho opera como instrumento de influência, projetando valores e narrativas que reforçam a legitimidade internacional do Reino Unido. Ao mesmo tempo, sua atuação se sustenta em um discurso de mutualidade e cooperação, o que lhe confere credibilidade junto a públicos estrangeiros. Essa ambivalência — entre influência e cooperação — revela tanto o alcance quanto os limites da diplomacia cultural britânica: se por um lado amplia redes de relacionamento e confiança, por outro evidencia a persistência de objetivos estratégicos que condicionam a neutralidade proclamada. Assim, a análise sistemática do British Council confirma que a cultura é mobilizada como recurso de poder simbólico e político, reafirmando o papel central do *soft power* na política externa contemporânea do Reino Unido. Com instituições culturais como o British Council, os estados competem para envolver instituições culturais nacionais no exterior, implantando e exibindo performativamente suas culturas nacionais com o intuito de obter vantagem competitiva sobre outros Estados. O discurso do *soft power* contribui para a intensificação da competição cultural nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmad, M.; Ayesha, F. (2025). 'British council under the soft power strategy: a case study of the uk's cultural diplomacy'. *Contemporary Journal of Social Science Review* 3 (2): 2696-2707.
- Alkateeb, H. A. (2020). 'The British Council's role in nourishing the English language teaching industry in the Gulf Cooperation Council region: a visual social semiotic perspective'. *Social Semiotics*, 33(2), 305–325.
- Bell, E. (2016). 'Soft power and corporate imperialism: maintaining British influence'. *Race & Class*, 57(4), 75-86.
- Bird, C. (2013). *Evidence to the House of Lords Soft Power and the UK's Influence Committee*. House of Lords, Soft Power and the UK's Influence Committee.
- British Council (2023). *About us*. British Council.
- Brooks, R.; Waters, J. (2024). 'Global Britain and cosmopolitan nationalism'. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 46(1), 8–24.
- Byrne, A. (2023). 'The British Council and British cultural diplomacy 1934-1959: a new form of diplomacy?', *Contemporary British History*, 37 (4), pp.489-504.

Card, B. (2015). "London's Knowledge Quarter: The Soft Power of Museums in the Knowledge Economy and Urban Development". In LORD, G. D.; BLANCKENBERG, N. (edit), *Cities, Museums and Soft Power*, Washington DC: The AAM Press. pp.59-71.

Faucher, C., & Zhu, B. (2025). Towards a sustainable cultural diplomacy. *International Journal of Cultural Policy*, 1–16.

Foreign Affairs Select Committee (2018). *Memorandum from the Foreign and Commonwealth Office*. <https://publications.parliament.uk/pa/cm201719/cmselect/cmfaaff/780/78008.htm>

Goff, P. M. (2020). 'Cultural Diplomacy'. *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, New York. Routledge.

Gorman, D. (2012). *The Emergence of International Society in the 1920s*. Cambridge: Cambridge University Press.

Grincheva, N. (2023). 'The past and future of cultural diplomacy'. *International Journal of Cultural Policy*, 30(2), 172–191.

Hadfield, A. (2015). 'Commune Consensus: A Soft Power Comparison of the Commonwealth and the European Union'. *The Round Table*, 104(4), 397–412.

Hadjiathanasiou, M. (2018). 'Colonial Rule, Cultural Relations and the British Council in Cyprus, 1935–55'. *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 46(6), 1096–1124.

House of Lords (2014). *Persuasion and Power in the Modern World, Select Committee on Soft Power and the UK's Influence*, London: Authority of the House of Lords.

Hill, C.; Beadle, S. (2014). *The Art of Attraction: Soft Power and the UK's Role in the World*. The British Academy.

Iriye, A. (1997). *Cultural Internationalism and World Order*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press.

Memis, S. (2010). 'The Impact of International Cultural Engagement: The British Council's Approach to Evaluation'. *The Journal of Arts Management, Law, and Society*, 39(4), 292–297.

Nye, J. S. (2004). *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Public Affairs.

Pamment, J. (2016). *British Public Diplomacy and Soft Power*. Palgrave Macmillan.

Phillips, L. (2024). 'Persuasive Britain: The Generation of Soft Power in the Facebook Pages of the British Embassy and British Council in Egypt'. *Journal of Social and Political Sciences*, 7(3), 230-245.

Scott, C. (2019). *Cultural Diplomacy and the Heritage of Empire: Negotiating Post-Colonial Returns*. London: Routledge.

Tallents, S. (2012). "The Projection of Britain". In SCOTT, A., *Public Relations and the Making of Modern Britain: Stephen Tallents and the Birth of a Progressive Media Profession*. Manchester University Press.

Taylor, P. (1981). *The Projection of Britain: British Overseas Publicity and Propaganda 1919–1939*. Cambridge: Cambridge University Press.

Williams, R. (2022). *Culture and Politics*. New Left Books.

Zanella, C. K.; Neves Junior, E. J.; Silva, L. R. da. (2024). 'Cultural Diplomacy and Soft Power: critical analysis and methodological application'. *Revista Brasileira De Política Internacional*, 67(1), e012.